

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2021

(Do Sr. Marcio Labre)

Dispõe sobre alterações da Lei 8666/93 acrescentando inciso III ao parágrafo primeiro do Artigo 3º da Lei nº 8666/93 e dá outras providências.

## O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º – Fica acrescido o inciso III ao parágrafo primeiro do Art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, vedando aos agentes públicos.

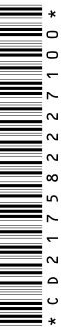
Art. 3º.....

.....

“III – contratar, conceder, permitir, autorizar, fazer parceria ou, por qualquer forma, vincular-se economicamente a pessoas físicas ou jurídicas sediadas, controladas ou associadas a países notoriamente e sistematicamente violadores dos direitos humanos, não sendo permitido a tais pessoas físicas ou jurídicas, mesmo em forma de consórcio ou joint venture, participar de leilões de privatização, adquirir empresas públicas ou o controle de sociedades de economia mista, prestar serviços públicos, por si ou por subsidiárias, bem como celebrar qualquer tipo de ato jurídico com o Poder Público, seus agentes e representantes, sob qualquer modalidade, a qualquer pretexto, excetuadas as iniciativas humanitárias”.(NR)

Art. 2º - A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

## JUSTIFICATIVA



O Art. 3º da Lei nº 8.666/93 trata das vedações de condutas aos agentes públicos, limitando as possibilidades de contratação e definindo linhas gerais, passando a constar deste rol a proibição de relacionamento comercial com empresas ou países vinculados ao desrespeito sistemático dos direitos humanos, próprio de regimes não democráticos e assim reconhecidos pela comunidade internacional e pelos organismos multilaterais.

O projeto de lei em questão orienta a Administração Pública nas hipóteses descritas no seu texto, cuja abrangência tem por finalidade tornar efetiva a preocupação constitucional com a proteção internacional dos direitos humanos e o estímulo a negociações com países democráticos.

Os rigores da Lei 8666/93 serão mantidos, feita, contudo, a necessária modernização destes dispositivos, cuja redação atual vigora há décadas.

Diante do exposto, peço o apoio de todos os pares para aprovação desse projeto

Sala das Sessões, em        de        de 2021.

**Deputado Marcio Labre**  
**PSL/RJ**

